



DE 21 A 24 DEZEMBRO DE 2015 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Proposta de Lei 7/XIII](#)

Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, transpondo a Diretiva (UE) n.º 2015/121, do Conselho, de 27 de janeiro de 2015, que altera a Diretiva n.º 2011/96/UE do Conselho, de 30 de novembro de 2011, relativa ao regime fiscal comum aplicável às sociedades-mães e sociedades afiliadas de Estados-Membros diferentes

[Proposta de Lei 8/XIII](#)

Procede à primeira alteração à Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2015)

[Projeto de Resolução 58/XIII](#)

Recomenda ao Governo a realização da identificação das consequências dos cortes no Serviço Nacional de Saúde

Autoria: PCP

[Projeto de Resolução 61/XIII](#)

Por uma Escola Pública que cubra as necessidades de toda a população

Autoria: PCP

[Projeto de Resolução 62/XIII](#)

Suspensão das metas curriculares e abertura de um processo de debate para a definição de objetivos para uma real e profunda reforma curricular

Autoria: PCP

ÚLTIMOS TEXTOS APROVADOS

[Decreto da Assembleia 5/XIII](#)

Primeira alteração à Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2015)

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Decreto da Assembleia 6/XIII](#)

Revogação das Leis n.ºs 134/2015, de 7 de setembro, relativa ao pagamento de taxas moderadoras na interrupção voluntária da gravidez, e 136/2015, de 7 de setembro (primeira alteração à Lei n.º 16/2007, de 17 de abril, sobre a exclusão da ilicitude nos casos de interrupção voluntária da gravidez)

[Decreto da Assembleia 7/XIII](#)

Elimina as discriminações no acesso à adoção, apadrinhamento civil e demais relações jurídicas familiares, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 7/2001, de 11 de maio, à primeira alteração à Lei n.º 9/2010, de 31 de maio, à vigésima terceira alteração ao Código do Registo Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 131/95, de 6 de junho, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 121/2010, de 27 de outubro

[Resolução](#)

Plano Ferroviário Nacional



ENERGIA

ERSE

[Regulamento n.º 879/2015 - Diário da República n.º 249/2015, Série II de 2015-12-22](#)

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Regulamento da Mobilidade Elétrica

[Diretiva n.º 16/2015 - Diário da República n.º 251/2015, Série II de 2015-12-24](#)

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Tarifas e preços para a energia elétrica e outros serviços em 2016



FINANCEIRO

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2015 - Diário da República n.º 250/2015, Série I de 2015-12-23](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Cria uma estrutura temporária de projeto designada por Estrutura de Missão para a Capitalização de Empresas

BANCO DE PORTUGAL

[Boletim Estatístico - dezembro 2015](#)

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

 **PENAL**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2015 - Diário da República n.º 248/2015, Série I de 2015-12-21](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Autoriza o Ministério da Justiça, através da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, a proceder à aquisição de serviços de vigilância eletrónica

 **TMT**

[Estudo sobre serviços Over-the-Top](#)

Parlamento Europeu publica estudo "Over-the-Top (OTT) Players: Market Dynamics and Policy Challenges".
21.12.2015

[Atividade Internacional - atualização da informação](#)

Informação atualizada sobre a presença da ANACOM em encontros internacionais do BEREC, CEPT, ETSI, Regulatel, R&TTE CA, UE, UIT e UPU.
22.12.2015

[Mercado grossista de teledifusão para entrega de conteúdos a utilizadores finais - retirada do projeto de decisão](#)

Aprovada retirada do projeto de decisão final aprovado em 17.11.2015 e notificado à Comissão Europeia.
23.12.2015

[Publicitação do início do procedimento de elaboração de Regulamento para operação do sistema de transmissão de dados em radiodifusão](#)

Contributos e sugestões podem ser enviados até 08.01.2016.
23.12.2015

 **RAA – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

[Decreto Legislativo Regional n.º 26/2015/A - Diário da República n.º 250/2015, Série I de 2015-12-23](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Terceira alteração ao [Decreto Legislativo Regional n.º 41/2008/A](#), de 27 de agosto, que estabelece o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública Regional dos Açores (SIADAPRA)

[Resolução n.º 46/2015 - Diário da República n.º 251/2015, Série II de 2015-12-24](#)

Tribunal de Contas

Resolução n.º 1/2015 - Plenário Geral - Programa de Fiscalização da Secção Regional dos Açores para 2016

 **RAM – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**

[Decreto Legislativo Regional n.º 12/2015/M - Diário da República n.º 248/2015, Série I de 2015-12-21](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Primeira alteração ao [Decreto Legislativo Regional n.º 27/2009/M](#), de 21 de agosto, que estabelece o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na administração regional autónoma da Madeira

[Decreto Legislativo Regional n.º 13/2015/M - Diário da República n.º 249/2015, Série I de 2015-12-22](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Adapta à Região Autónoma da Madeira o [Decreto-Lei n.º 128/2014](#), de 29 de agosto, com as alterações introduzidas pelo [Decreto-Lei n.º 63/2015](#), de 23 de abril, que aprova o regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local

[Decreto Legislativo Regional n.º 14/2015/M - Diário da República n.º 249/2015, Série I de 2015-12-22](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Adapta à Região Autónoma da Madeira o [Decreto-Lei n.º 37/2015](#), de 10 de março, que estabelece o regime de acesso e exercício de profissões e de atividades profissionais

[Decreto Legislativo Regional n.º 15/2015/M - Diário da República n.º 250/2015, Série I de 2015-12-23](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Regula o exercício de funções dos médicos das carreiras médicas da área hospitalar, quando deslocados do seu domicílio profissional, para assegurar a prestação de cuidados de saúde em áreas de especialidade, na Unidade de Saúde Dr. Francisco Rodrigues Jardim, no Porto Santo

[Resolução n.º 45/2015 - Diário da República n.º 250/2015, Série II de 2015-12-23](#)

Tribunal de Contas

Resolução n.º 2/2015 PG

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA UE

ATOS LEGISLATIVOS

Ações de Pequeno Montante

Regulamento (UE) 2015/2421 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2015, [que altera o Regulamento \(CE\) n.º 861/2007 que estabelece um processo europeu para ações de pequeno montante e o Regulamento \(CE\) n.º 1896/2006 que cria um procedimento europeu de injunção de pagamento](#)

Estatuto do TJUE

Regulamento (UE, Euratom) 2015/2422 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2015, [que altera o Protocolo n.º 3 relativo ao Estatuto do Tribunal de Justiça da União Europeia](#)

Financeiro

Regulamento (UE) 2015/2365 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015, [relativo à transparência das operações de financiamento através de valores mobiliários e de reutilização e que altera o Regulamento \(UE\) n.º 648/2012](#)

Diretiva (UE) 2015/2366 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015, [relativa aos serviços de pagamento no mercado interno, que altera as Diretivas 2002/65/CE, 2009/110/CE e 2013/36/UE e o Regulamento \(UE\) n.º 1093/2010, e que revoga a Diretiva 2007/64/CE](#)

Propriedade Intelectual

Regulamento (UE) 2015/2424 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2015, [que altera o Regulamento \(CE\) n.º 207/2009 do Conselho sobre a marca comunitária e o Regulamento \(CE\) n.º 2868/95 da Comissão relativo à execução do Regulamento \(CE\) n.º 40/94 do Conselho sobre a marca comunitária, e que revoga o Regulamento \(CE\) n.º 2869/95 da Comissão relativo às taxas a pagar ao Instituto de Harmonização do Mercado Interno \(marcas, desenhos e modelos\)](#)

Diretiva (UE) 2015/2436 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2015, [que aproxima as legislações dos Estados-Membros em matéria de marcas](#)

ATOS NÃO LEGISLATIVOS

Contabilidade

Regulamento (UE) 2015/2441 da Comissão, de 18 de dezembro de 2015, [que altera o Regulamento \(CE\) n.º 1126/2008, que adota determinadas normas internacionais de contabilidade nos termos do Regulamento \(CE\) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, no que diz respeito à norma internacional de contabilidade 27](#)

Financeiro

Acordo entre o Parlamento Europeu e o Conselho Único de Resolução [sobre as modalidades práticas do exercício da responsabilidade democrática e do controlo do exercício das atribuições conferidas ao Conselho Único de Resolução no quadro do Mecanismo Único de Resolução](#)

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

COMUNICAÇÕES E INFORMAÇÕES

Estatuto do TJUE

Declaração conjunta do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao Regulamento (UE, Euratom) 2015/2422 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2015, [que altera o Protocolo n.º 3 relativo ao Estatuto do Tribunal de Justiça da União Europeia](#)

Propriedade Intelectual

Nota justificativa do Conselho: Posição (UE) n.º 16/2015 do Conselho em primeira leitura tendo em vista a adoção de uma diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho [que aproxima a legislação dos Estados-Membros em matéria de marcas](#)

Regimento do Parlamento Europeu

Decisão do Parlamento Europeu, de 13 de dezembro de 2012, [sobre a alteração dos artigos 123.º e 42.º do Regimento do Parlamento Europeu: declarações escritas e iniciativas legislativas \(2011/2058\(REG\)\)](#)



SOFIA LEITÃO (detalhe)
O Sonho de Marlow, 2007

Espanja, arame, ferro, cola branca, pigmento e tinta acrílica,
acrílico s/ papel
180 x 130 x 200 cm, 100 x 120 cm
Obra da Coleção da Fundação PLMJ

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

COMISSÃO EUROPEIA

[Medidas para fazer face à crise dos refugiados: ponto da situação](#)

A [Agenda Europeia da Migração](#), adotada pela Comissão em maio de 2015, salientou a necessidade de uma abordagem global para a gestão das migrações. Desde então foram adotadas várias medidas, incluindo dois mecanismos de emergência para a recolocação, noutros Estados-Membros, de 160 000 pessoas com necessidade manifesta de proteção internacional que se encontram nos Estados-Membros da UE mais afetados, tendo também sido aprovado o Plano de Ação elaborado pela Comissão sobre o regresso.

Consulta pública

Ambiente

[Consulta sobre a avaliação da Diretiva Ruído Ambiente](#)

21.12.2015 – 28.03.2016

Emprego e Assuntos Sociais

[Consulta pública sobre a revisão da Estratégia Europeia para a Deficiência 2010-2020](#)

22.12.2015 – 18.03.2016

Venda em Leilão - licenças de emissão de gases com efeito de estufa na Comunidade

[Consulta sobre o funcionamento do Regulamento dos Leilões, em conformidade com o regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa na Comunidade \(RCLE-UE\).](#)

22.12.2015 – 15.03.2016

A presente Newslextter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslextter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: plmjlaw@plmj.pt.

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano
The Lawyer European Awards, 2015-2012

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Who's Who Legal, 2015, 2011-2006
Chambers European Excellence Awards, 2014, 2012, 2009

 Top 50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards, 2014-2011